

# Higienizando meretrizes: transcrição e análise de um manual de conduta sanitária para casas de prostituição

Raiza Aparecida da Silva Favaro<sup>1</sup>

Gessica Brito Bueno<sup>2</sup>

Christian Moraes Fausto dos Santos<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A mudança de paradigma no conhecimento histórico do século XX tornou possível a adesão das mulheres como objeto da história. O movimento feminista, foi contribuição significativa nesse sentido, durante os anos 60, principalmente nos Estados Unidos, iniciaram com mais força debates e múltiplas pesquisas, tornando a história das mulheres mais conhecida. Nesse sentido a ampliação dos estudos possibilitou pesquisas sobre diversos temas, que não eram frequentemente tratados, como maternidade, sexualidade feminina, sentimentos, entre outros.

O avanço na produção de escritas sobre a história das mulheres, se deu pelas novas vias das tendências historiográficas e reforça que até a década de 1970, predominavam análises estruturalistas e o âmbito privado era ignorado, o que levava a um apagamento das mulheres na história.

Desta forma a partir de uma mudança do “fazer histórico”, possível pela atuação de historiadoras feministas, que levaram a descrédito as correntes historiográficas que somente concentravam seus conhecimentos em uma perspectiva “masculinizada”. Foi possível contemplar a história das mulheres.

Abarcar a história das mulheres é fundamental para se compreender a história em geral, visto que a história inclui tudo o que envolve o ser humano, assim não é possível compreender de forma ampla a complexidade das

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá, mestranda em história pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e membra do laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC).

<sup>2</sup> Graduada em licenciatura Artes visuais pelo CESUMAR, graduanda em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestranda em História pela Universidade Estadual de Maringá e membra do Laboratório de História, Ciências e Ambiente (LHC)

<sup>3</sup> Professor Dr. no Departamento de História na Universidade Estadual de Maringá e coordenador do Laboratório História, Ciências e Ambiente (LHC).

aspirações, relações e realizações da humanidade, se um grupo for excluído do campo do saber.

O presente trabalho aborda o lugar que a mulher foi colocada em um projeto normatizador de uma “sociedade civilizada” em Portugal no século XIX, a partir da análise do manuscrito anônimo; *Methodo de atalhar a propagação da Syphilis nas casas públicas de prostituição (1839)*. De acordo com as normas dessa sociedade, a medicina apontava que uma mulher saudável deveria se encontrar casada, tendo relações sexuais exclusivamente para finalidade reprodutiva. Entre outros fatores, isso gerava uma falta de independência sexual por parte das mulheres, que eram colocadas em posição de submissão, pois eram associadas somente a uma missão passiva e materna (ROHDEN, 2001)

Além do discurso regulador do Estado e da sociedade, havia o discurso médico, que se encontravam obcecado e inquieto com as questões do corpo, a partir do século XVIII assuntos como sexualidade eram até mesmo considerados proibidos, deste então o vocabulário e a forma do pensar médico passaram a ser utilizada como instrumento de poder, para regulamentar os comportamentos dos indivíduos. O caráter histórico das normas sexuais nos mostram como a concepção de sexualidade são fruto de uma construção social, cercada por ideologias da época (ALMEIDA, 1995).

Por conta de ter um certo controle de sua sexualidade as prostitutas aos olhos da sociedade subvertiam o que era considerado saudável e moralmente correto para uma mulher, tal atitude foi vista como uma doença. Desta forma, uma das funções dos médicos era evidenciar as consequências terríveis da prostituição, pois prejudicava a sociedade em geral, visto que desestimulava o trabalho digno, incentivava o vício e causava diversos problemas morais na sociedade (NOSSA, 2010).

Assim urge a necessidade de colocar medidas de cunho higiênico e até policial para identificar e isolar as prostitutas em um rigoroso controle dos médicos higienistas. Criou-se sobre essas mulheres, diversos mecanismos de repressão, a medicina tinha como eixo central a prevenção da sífilis e das demais doenças venéreas, precisava-se acabar com o contágio que acontecia por meio das prostitutas, assim existiu a necessidade de uma higienização social, pois a profilaxia acabou se estendendo para as questões morais.

## GRANDE FOCO DE CONTROLE: A SEXUALIDADE FEMINA

O filósofo Michel Foucault, em seu livro *A História da Sexualidade* (1988), retratou como o cristianismo condenou o sexo para fins não reprodutivos e o associou a aspectos nocivos como o pecado. Desta forma coloca o sexo no lugar de algo pecaminoso, era então papel da Igreja como instituição reguladora da sociedade, colocar ações que viessem disciplinar as práticas sexuais. Cabia à igreja, o papel disciplinador e regulamentador da moral e dos bons costumes da sociedade. De acordo Margaret Rago:

No século 19, o discurso científico da medicina e do direito, do qual somos herdeiros, se apropriou das explicações religiosas. E como eram essas explicações? Um exemplo: Santo Agostinho chamava as prostitutas de “esgoto seminal”. A ciência médica foi e tem sido muito poderosa: ela instituiu as crenças e os valores da conduta sexual. Ela estabeleceu as diferenças entre o normal e o patológico em relação às práticas sexuais, que, em séculos anteriores, eram menos condenáveis (.....)<sup>4</sup>

A medicina no século XIX se juntou ao estado e a igreja, assim fortaleceu um discurso que determinava o que era considerado “lícito” ou “ilícito”, sobre as normas estabelecidas na sociedade.

Existiu uma crescente aliança entre medicina e igreja que evoluiu com o objetivo da busca de controlar os corpos, nesse caso o médico, que cuida do físico, se aproxima da imagem do padre, aquele que preserva da alma e do espírito. Deste modo, se faz primordial entender o essencial papel realizado pelos médicos no século XIX, pois eles

---

<sup>4</sup> Entrevista da professora de história da Unicamp, Luzia Margareth Rago, autora de diversos livros sobre gênero, entre os quais “Os prazeres da Noite” e “Do cabaré ao lar” a CULT acesso em: 22.05.2009

eram agentes da política higienista que influenciava em praticamente todas esferas sociais, e ate mesmo na vida privada (PRIORE, 1993.,p.29).

Montou-se um trabalho higiênico convincente, em que a principal ideia era fazer a população acreditar que a saúde e o sucesso dependem da sua submissão ao estado.

Convergiam as preocupações para a organização da família e de uma classe dirigente sólida, respeitosa das leis- costumes, regras e convenções. Das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeriam, em grande escala a consecução dos novos propósitos (SOIHET, 200. p. 362).

No século XIX, os médicos foram anunciados como os primeiros precursores de um projeto de normalização do espaço social urbano (ENGEL, 1989: 39). Assim prostituição e a sexualidade feminina se tornaram objeto de intervenção médica, as primeiras discussões se deram em torno da moralidade no que diz respeito principalmente a sexualidade feminina.

Posteriormente, com um aumento da disseminação da sífilis, doença sexualmente transmissível, o debate foi ampliado, pois as prostitutas eram vistas como “vetores” desta doença. Na Europa, no século XIX, Portugal foi o país que mais tratou os doentes acometidos pela sífilis.

Importa destacar que as grandes navegações tornaram possível uma grande propagação cultural e comercial, mas é certo dizer que também contribuíram para a maior disseminação de doenças, principalmente em Portugal região com muitos portos, as cidades de Porto e Lisboa foram as mais afetadas.

Por meio das embarcações muitos agentes infecciosos foram transmitidos por toda parte do mundo, dentre tais doenças, destacamos a sífilis, doença

sexualmente transmissível que afetou de maneira cruel a sociedade portuguesa durante todo o século XIX.

Existem muitas dúvidas, sobre a origem da sífilis, mas tem-se registros da ocorrência dos primeiros casos da doença em Portugal, logo após o retorno de Colombo do Novo Mundo, desse modo houve a necessidade de no Hospital Real de Todos os Santos, criar a “casa das boubas” para assistir com terapêutica especiais os enfermos acometidos pela doença venérea. (VELOSO, 2001).

O paradigma sanitário da época não privilegiava o modelo preventivo, e o uso de preservativos, feitos de couro de animal, ainda não chegava nem perto de ser utilizado por parte considerável da população, assim a taxa de portadores da doença cresceu e resultou em grave epidemia.

Diante deste contexto o campo médico, se dedicou a controlar os indivíduos, como uma forma de normatização. Tal ordem social se baseou e fez surgir diversas teorias científicas defendidas por médicos e outras autoridades na tentativa de convencer a sociedade a ideologia dominante.

Assim percebemos que desde meados do século XIX, forjou-se uma representação ideal da mulher, como esposa, dona-de-casa e mãe-de-família, “frágil e soberana, abnegada e vigilante” (RAGO, 1997. p.62). Recaía sobre a mulher a culpa pela prostituição, visto que as teorias científicas sobre a condição feminina lhe atribuíam um teor assustadoramente biológico. Para os pensadores da época as prostitutas eram seres “delinquentes” psiquicamente fracas e organicamente deficitárias, isso justifica a atitude anormal de decidir vender o corpo sexualmente.

A prostituta era associada a um ser desprovido de inteligência, pois agia conforme seus instintos, era incapaz de controlar os seus desejos, buscavam descontroladamente a realização dos seus desejos como objetivo final, o que era diferente da mulher socialmente “normal” que realizava atividades sexuais apenas para finalidade reprodutiva. Outra ação condenável feito pelas prostitutas era o aborto, que se caracterizava como negação da reprodução e do seu papel natural de ser mãe, visto que essa era o único objetivo a dar sentido a vida de uma mulher digna.

A prostituta é aquela que ao contrário da mulher honesta e pura vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos (RAGO 1997, p. 89). Pois para a mulher “normal” não cabia sentir desejos sexuais, para a mulher ser

respeitada socialmente não podia fugir desses padrões de comportamento estabelecidos para ela.

A medicina social assegurava como características femininas, por razões biológicas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para explicar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse a sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal e, consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas natas, nas prostitutas e nas loucas, que deveriam se afastar do convívio social (SOIHET, 1997. p. 103).

Se formou uma imagem da “mulher pública” em contradição à mulher honesta, trabalhadora, ótima mãe, fiel, “dessexualizada”. A prostituta se aproxima ao “párea” da história, e do abandono dos valores dominantes, pois de acordo com o entendimento predominante seu intuito primordial era sentir prazer. Segundo os médicos a principal característica da prostituta era a preguiça e inércia ao trabalho. Ela se constrói como algo oposto à mulher honesta, pois vive em incumbência aos seus instintos e desejos libidinosos.

Ela tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes destituídas de senso moral. Antítese da esposa

honestas, a mulher da vida tem um “apetite sexual exaltado”, (...) inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões, ou mesmo do coito”. É burra e ignorante: limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica (...) Leviana, inconstante, volúvel, irregular, adora o movimento, a agitação e a turbulência (...) variáveis de opiniões, incapazes de seguir um assunto até o fim, leviana, exaltadas, irritáveis e muitas vezes “insolentes”. A puta é aquela que gulosa e incontrolável, adora os excessos: de álcool, de fumo, de sexo. (RAGO, 1997. p. 89)

O contexto histórico das normas sexuais nos mostra como as concepções de sexualidade são consequências de uma construção social (ALMEIDA 1995). A presente sociedade ligava a dispersão de doenças físicas sexualmente transmitidas à moralidade, por isso as prostitutas foram inseridas nos discursos sobre a sífilis. Visto que o sexo fora do casamento era pecado, assim a sífilis era um castigo de Deus. (SOUZA, 1996).

A problemática ocorria no momento em que as relações sexuais eram feitas contra tal “ordem natural”, visto que as mulheres não poderiam assumir o papel do homem, precisavam ser sexualmente “contidas”. Isso se justifica de acordo com Fabiola Rohden em *Uma História da Saúde Pública* (2001), pois com o desenvolvimento da espécie, as mulheres foram consideradas inferiores aos homens, e colocadas em um estágio anterior de desenvolvimento.

Tal ideia se fundamenta através da teoria de que o órgão feminino não era completo como o masculino, nesse sentido, a mulher teria parado em um estágio anterior da evolução enquanto o homem era mais “desenvolvido”, isto é mais inteligente e forte, sendo o protagonista das relações.

Toda essa desvalorização da mulher enquanto indivíduo capaz de ser forte, inteligente e liberto, provem dessa diferença sexual e ‘biológica’ a qual a ciência da época justificava a diferença, e inferioridade com o gênero feminino. Desta

forma, restava a mulher, o papel natural na reprodução da espécie e no cuidado dos filhos.

A ciência da diferença, assim como os argumentos que a sustenta, são extremadamente importantes para o entendimento da ciência médica do século XIX. Fabíola Rohden (2001) escreve que para os cientistas da época a natureza era hierárquica, e é através desse pensamento que a superioridade masculina foi grandemente defendida, pois a medicina revela as ideologias de que as doenças seriam principalmente femininas, controlando assim o comportamento da mulher e as diagnosticando como doentes apenas por serem do gênero feminino. O corpo feminino era extremamente misterioso e desconhecido para os médicos, eles se chocavam diante das manifestações da natureza da mulher (ROHDEN,2001). p.16).

Fundamentados em Augusto Comte, Herbert Spencer, Richards Von Krafft Ebing e Cesare Lombroso, divulgados por seus discípulos brasileiros – positivistas como Raimundo Teixeira Mendese Miguel Lemos, o médico Tito Lívio de Castro e o jurista Viveiros de Castro, entre outros – acreditavam que as mulheres se deixavam dominar pelas paixões mais facilmente do que os homens, e que a passividade era a sua principal característica ( RAGO, 2008. p. 165).

De acordo com Rhden (2001) algumas teses mostraram que o ‘sistema nervoso’ feminino serviu de base para a formulação da natureza feminina, e no que diz respeito aos papéis sociais ligam-se sempre às teorias biológicas estabelecidas à época. Em uma tese datada de 1840, Firmino Junior aponta que:

(...) as mulheres são mais sensíveis, mais impressionáveis, extremosas, em tudo, dadas as coisas de pouca ou nenhuma consideração, mais eloqüentes, mais sujeitas a serem vencidas, graciosas em todos os seus atos; finalmente, é no



sistema nervoso que reside todaa vida da mulher (p. 109).

Nas concepções médicas ‘oficiais’, as questões femininas consideradas prejudiciais ao bem estar público teriam de ser tratadas até mesmo em certos casos com a reclusão da mulher, sob os cuidados médicos e a cura de muitas destas doenças poderia ser o casamento.

Existiu uma crescente aliança entre medicina e igreja que evoluiu com o objetivo da busca de controlar os corpos, nesse caso o médico, que cuida do físico, se aproxima da imagem do padre, aquele que preserva da alma e do espírito. Deste modo, se faz primordial entender o essencial papel realizado pelos médicos no século XIX, pois eles eram agentes da política higienista que influenciava em praticamente todas esferas sociais, e ate mesmo na vida privada (PRIORE, 1993.p.29).

Principalmente nas últimas décadas do século XIX, teria ocorrido um consenso de que a mulher seria valorizada no que tange à reprodução, que se torna-se especialmente importante, como uma reserva moral da sociedade, na medida em que está mais próxima da religião, do amor, da abnegação e da dedicação aos outros.

As medidas tomadas por médicos e policiais estavam asseguradas pelas concepções científicas da época, que comprovavam que a mulher era física e mentalmente inferior ao homem. A prostituta, como estava no centro das figuras “anormais” era ainda mais inferior por ser considerada uma doente social.

Desta forma nasce uma medicina normativa, que formou um discurso hegemônico, biologizante e machista sobre mulheres, que não tinham grandes espaços de poder neste período.

Tais concepções acerca das mulheres e neste caso em específico das meretrizes se perpetuaram por anos, como pode-se observar de acordo com a obra do médico Cesare Lombroso (1896), que no final do século XIX e início

do XX, avançou nos seus estudos sobre a criminalidade, o autor defendia que a mesma, estava relacionada a questões biológicas, assim, a tendência ao crime era devido a patologias, que poderiam ser identificadas por reconhecidas por sinais e características próprias.

De acordo com Lombroso (1895), a natureza feminina orientava o seu comportamento. Deste modo, o autor investiga as mulheres com comportamentos “desviantes”, como as prostitutas e criminosas, a partir de um padrão, dos atributos daquelas consideradas “normais”, ou seja, aquelas que possuíam comportamentos de acordo com os exigidos pelos padrões da sociedade da época.

No livro que escreveu em 1895 *A Mulher Criminosa e a Prostituta*, Lombroso concedeu a mulher vários estigmas: vingança, ciúme e vaidade. Tais características enfraquecedoras da personalidade feminina, no entanto, eram abafadas pelo instinto materno e pela piedade, no caso das meretrizes, eram criminosas natas, por não possuírem o instinto maternal, visto que praticavam atos sexuais por prazer ou dinheiro.

Desta forma através do estudo de um manuscrito produzido na sociedade Português do século XIX, pode-se compreender como o autor reflete os pensamentos de seu contexto em um documento que deixa claro, como que as mulheres que subvertem a ordem social, certamente eram consideradas doentes, desta forma deveriam ser contidas.

Na busca da cidade higienizada, as casas públicas acabaram sendo vistas como os principais focos de contaminação e o meretrício como um ponto forte de infecção, tanto física, quanto moral, cujo havia a necessidade de ser combatida através de medidas de higiene e disciplinadoras da polícia higienista. Assim, a prostituição esteve na mira do processo higienizador, diagnosticada pelos médicos e juristas como doença que ameaçava a saúde física e criminalizada enquanto ato imoral que ameaçava a saúde moral e social.

As meretrizes foram foco de um projeto de regulamentação, em que o enunciado era amparado na normatização e isolamento da prostituição, sem a extinção, pois era considerado um “mal necessário” por conta da preservação da moral no lar, visto que para as mulheres honestas a prática sexual era só permitida para fins reprodutivos. A sociedade considerava que o homem precisava extravasar as suas necessidades sexuais, e o meretrício se apresentou como solução para tal função.

O projeto normatizador tinha então por objetivo fiscalizar as meretrizes, segregá-las em locais específicos e submetê-las a exames médicos obrigatórios com o uso do poder policial. Na documentação analisada sobre o controle da propagação de sífilis nas casas públicas de Portugal durante o século XIX, é possível encontrar os discursos de regulamentação, bem como o uso do poder policial para controlar os “excessos da prostituição”, através do que diziam ser crime de ofensa a moral da sociedade e incentivo a perversidade.

### **MERETRIZES COMO FOCO DE REGULAMENTAÇÃO EM MANUAIS**

A nova sociedade apresentada no século XIX faz referência a transformações em questões fisiológicas e morais, nota-se tais mudanças a por meio das teses de medicina produzidas no período. A autora Fabíola Rohden (2001) aponta que esse tipo de produção é realizado por uma instituição profissional, que representam os principais debates que permaneceram na época. As teses eram aprovadas pelos mais apreciados médicos, por conta disto são capazes de enfatizar o que representava aquela sociedade através do seu saber oficial (ROHDEN, 2001.p.96).

Para compreender como a mulher, e neste caso da meretriz, foi objeto de higienização social, tendo seu corpo classificado, analisado e submetido a muitas regulamentações, utilizamos o manuscrito *Methodo de atalhar a propagação da Syphilis nas casas públicas de prostituição, estabelecendo regras policiais regulamentares em harmonia com os novos costumes, instituições, tendentes a melhorar a saúde e moral pública* (1839), de autoria anônima.

Tal documento foi feito por um médico português, com a finalidade de alertrar e controlar a dispersão da sífilis em Portugal, mas percebe-se que o documento também teve a função de culpabilizar as prostitutas como as responsáveis pela dispersão de males venéreos e sociais, visto que a proposta do autor é controlar a sífilis nas casas públicas de Portugal, já que abrigam os verdadeiros vetores da sífilis, as prostitutas. Sobre as prostitutas serem os vetores oficiais da sífilis o autor do manuscrito pontua:

As prostitutas, esta porção mais objecta e desprezível do sexo feminino são a causa da

propagação do Virus Venéreo; se fosse possível extinguir a prostituição não haveria contágio. (.....)

. É relevante destacar que na Era Moderna uma série de tratados foram escritos e espalhados, a principal intenção desses materiais seria o de promover um processo educacional. A fim de entender o conteúdo trazido pelo autor, foi realizado a transcrição do manuscrito e posteriormente feito uma análise de todo o documento, separando tópicos que o autor considerou mais pertinente, assim através de uma metodologia descritiva e explicativa buscamos compreender as considerações realizadas pelo autor, de acordo com a moral e os costumes da época.

Mediante a necessidade de impedir a degeneração da família tradicional, as meretrizes foram obrigadas a viver em regiões específicas. O poder religioso se firmou incentivando o casamento. Por conta deste contexto o meretrício se configura como uma fatalidade e como um ponto de escape, mas importa destacar que é um mal necessário, que não deve ser eliminado, mas controlado. Válvula de escape, porque atende as exigências dos instintos masculinos e é, portanto, um escudo de proteção aos valores e padrões de comportamentos (ENGEL, 1989, p. 110). O autor coloca:

A prostitutas públicas é um mal assaz terrível, que a moral reprova, que a religião fulmina, condena, e que o bom senso deseja fosse possível de não existir. Mas ela existe, logo é um mal de espécie humana, ele é sem remédio, e é por isso indispensável tolerá-lo e diminuí-lo quanto for possível para não resultarem em maiores males... (ANONIMO, 1839, fólio 6, frente).

O manuscrito teve como particularidade a proposta de medidas de caráter regulador, policial e higiênico, que buscou apontar, classificar e até mesmo excluir as prostitutas de forma rígida, submetidas a um controle higienista. Os mecanismos de contenção se deram de forma médica, através da prevenção da sífilis e outras doenças e de forma moral (PINTO, 2009, p. 12).

É possível observar que este projeto normatizador teve forte caráter ideológico, já que a historicidade das normas sexuais nos demonstram como as ideias sobre a sexualidade resultam de uma construção social (SILVA, 2007, p. 789). As prostitutas foram entendidas como “doentes”, assim as autoridades buscaram encontrar medidas profiláticas contra esse mal, e mesmo que havia uma divergência quanto às formas empregadas no tratamento o objetivo dos agentes públicos era controlá-las.

A ideia de controle tinha opiniões diferentes, para alguns controlar seria diminuir e até mesmo cessar com a prostituição, através de meios coercitivos como a polícia. Para outros, controlar seria isolar e normatizar. Quando se trata de uma classificação mais específica, feita pelo autor na Terceira Parte de sua memória, ele afirma que:

Tem-se feito diferentes classificações das prostitutas, a 1ª é a daquelas, que só exercitam a sua aviltante profissão nas casas públicas, ou reunidas em certo número e sujeitas a um dono ou dona de casa – a 2ª são essas miseráveis vagabundas pelas ruas (...)– 3ª são as que frequentam as casas de passe ou alcova (...). Poderíamos ainda fazer mais duas classes de prostitutas – aquelas que se entregam à prostituição clandestina – e aquelas que são entregues por alguém. (ANÔNIMO, 1839, fôlio 28 verso).

Essa classificação é embasada em regras morais, assim as autoridades medicas que buscaram reconhecer quais classes seriam controladas de maneira a ir de acordo com a ideologia do período. Foi através do estabelecimento dessas classes que o autor julgou com seus argumentos quais categorias deveriam ser regulamentadas e de qual forma isso deveria acontecer, além disso destaca quais deveriam deixar de existir, pois de acordo com suas características, algumas classes de prostitutas não cabiam na função social desejada e, consequentemente contribuiriam ainda mais para o aumento da Sífilis. Mas a parte prática da

classificação e controle ainda não havia sido feita em Portugal, sobre isso o autor afirma:

É impossível obter as notas estatísticas e infinitos outros esclarecimentos a respeito das prostitutas de Lisboa; porque elas nunca foram reguladas, nunca se matricularam, e por isso não é possível dizermos de Lisboa, nem do Porto, o que se sabe, e se diz de Paris (ANÔNIMO, 1839, fólio 29, verso)

Na última parte de seu manuscrito o autor escreve alguns preceitos com a finalidade de ajudar na institucionalização e cadastramento das prostitutas. Primeiramente, o médico higienista prevê que todas as prostitutas devem se registrar na Administração Geral de sua cidade e devem ser punidas as que não estiverem inscritas. Também estabelece que, todo aquele que quiser possuir uma casa de tolerância deve fornecer: “seu nome, nome da rua, número da porta e andar, em que o pretende colocar; “(...) o número das prostitutas, que pretende ter no seu estabelecimento” (ANÔNIMO, 1839, fólio 30, frente).

Os projetos de controle e normatização da prostituição não chegaram a ser efetivados conforme a maneira que foram idealizados, isso por que havia conflitos de ideias sobre as classes dominantes que impediram tais medidas. Por outro lado, houve também resistência dos grupos e segmentos sociais que seriam atingidos. (ENGEL, 2004. p. 140).

No entanto, muitos aspectos dos projetos disciplinadores que visavam os comportamentos da população urbana acabaram sendo implementados em Portugal durante o século XIX, pois a arbitrariedade exercida pelo poder público, através da força policial, foi constante na tentativa de regulamentar os espaços destinados as meretrizes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto consideramos que um grande foco do higienismo foi a regulação das meretrizes. Durante o século XIX encontramos as primeiras teses médicas abarcando assuntos como a prostituição, visto que, de acordo com a moralidade da época a causa importunou a sociedade. Mas, apesar da

repugnância diante da prostituição, era necessário se preocupar com ela, para que fosse possível diminuir os seus “males” e principalmente controlá-la (ENGEL, 1989, p. 66).

Conforme elencam os médicos, a livre manifestação do desejo, que seria o excedente de prazer, sem fins de reprodução, levaria a degradação do corpo humano. A prostituta, praticante de uma sexualidade libertina, era causadora da destruição da vida socialmente correta (ENGEL, 1989, p. 72). Portanto única sexualidade considerada saudável, para as mulheres seria a matrimonial, com objetivo reprodutivo.

Percebemos com esta análise como a medicina se fez vigente de forma incisiva no dia a dia urbano, através de medidas de contenção, higiênicas, que penetraram na vida dos indivíduos, atuando até nas relações privadas, como a sexualidade. Pertenceu aos médicos o posto de mostrar para a sociedade os perigos das doenças tanto físicas quanto “morais”. As prostitutas neste contexto foram culpabilizadas e vistas como vetores da sífilis, a partir do manuscrito nota-se os mais diversos meios de controle do corpo feminino.

Analisar a ciência e sua interpelação que tomaram forma com as ideias médicas do século XIX é perceber também a relação exigida aos cidadãos de acordo com o seu gênero. O sexo foi, de acordo com Michel Foucault (1988), emprego como argumento para a higienização do corpo da mulher, um processo onde o corpo feminino é farto de sexualidade e taxado como portador de pecado.

Seria incorreto afirmar que a patologização do sexo fez com que se falasse pouco do assunto, pois o que ocorre no século XVIII e persiste no XIX é uma mudança na forma como o sexo é abarcado (FOUCAULT, 1988), são os médicos, como exposto, que trazem a temática e a utilizam para conseguir os efeitos de harmonia social, expandindo assim o discurso de hegemonia masculina.

Concluimos que tal projeto normatizador se deu diante de um contexto social que pregava um ideal feminino correto, justificado até mesmo pela ciência, que apresentava a mulher como inferior intelectual e fisicamente aos homens, assim para elas, restaria o cuidado com a família, nessa sociedade com funções determinadas as meretrizes por subverterem a ordem social, foram culpabilizadas, demonizadas e entendidas como doentes.

## **FONTE**

ANÔNIMO. Methodo de atalhar a propagação da Syphilis nas casas publicas de prostituição, estabelecendo regras policiaes regulamentares em harmonia com os novos costumes, instituições, tendentes a melhorar a saude e a moral pública. Lisboa, 1839.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, M. V. Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 1995.

ENGEL, M. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). 1ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.

ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)- São Paulo: Brasiliense, 2004.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FERRERO, Guglielmo; LOMBROZO, Cesare. A Mulher Delinquente: A prostituta e a Mulher Normal. Ed.1- INDEPENDENTLY PUBLISHED: 2019.

NOSSA, Paulo. O discurso biomédico da defesa da saúde e a prática da prostituição: do movimento higienista à era pós-sida. In SILVA, Manual C, 2010.

PRIORE, Mary del. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

PINTO, A. R. S. “A PESTE DO MERETRÍCIO”: uma abordagem sobre o controle da prostituição em São Luís no início da República (1890-1920). Monografia, São Luís: 2009.



RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890- 1930 – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997

\_\_\_\_\_, Luzia Margareth. Os Prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930) – São Paulo: 2ª Edição. Paz e terra, 2008.

ROHDEN, Fabíola. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SILVA, Susana. Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. *Análise Social, Portugal*, vol. XLII (184), 789-810, 2007.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, MarT (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

SOUZA, J. Germano de. Impacte social da sífilis: alguns aspectos históricos. *Medicina Interna, Portugal*, Vol. 3, N. 3, 184-192, julho/setembro 1996.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia* – Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VELOSO, Barros. Da sífilis à sida. *Medicina Interna, Lisboa*, Vol. 8, N. 1, 56-61, Janeiro/março 2001.